

Índice

“Precisamos dos outros para sobreviver”	1
Deceção com os comprimidos.....	2
O casamento gay divide a Europa.....	3
“La tiranía de la igualdad”	4

“Precisamos dos outros para sobreviver”

A obesidade é um fator de risco importante para a saúde da pessoa. O interessante, no entanto, é que a solidão pode ser ainda mais prejudicial do que arcar com uns quilos a mais, e isso é demonstrado pelas estatísticas: as pessoas isoladas têm 50 % mais de probabilidades de morrer antes dos 70 anos, comparativamente às que mantêm uma boa conexão social. Para os obesos, o risco é “só” de 30 % mais relativamente aos não obesos.

Os números partem de um [relatório](#) elaborado por uma equipa de especialistas de várias universidades norte-americanas e publicado pela Associação Americana de Psiquiatria (AAP). Os psicólogos Julianne Holt-Lunstad, Theodore Robles e David A. Sbarra examinaram os resultados de mais de 210 investigações com uma amostra total de quase 4 milhões de pessoas – a grande maioria dos EUA, mas também da Europa, Ásia e Austrália –, e constataram a diferença entre os índices de mortalidade das pessoas que têm conexões sociais e os das que não têm.

Os autores classificam o isolamento social sem meias palavras: trata-se de uma “ameaça à saúde pública”: segundo explicam, um quarto dos norte-americanos vivem sozinhos, e entre os que têm mais de 60 anos, o sentimento de solidão intensa ou frequente afeta uma percentagem ainda maior, até 43 %, segundo um estudo.

Entre as causas do fenómeno, citam que a dimensão dos lares diminuiu desde 1985, ao mesmo tempo que aumentou em 10 % a dos formados por apenas uma pessoa. A tendên-

cia descendente no número de pessoas casadas e com filhos, juntamente com o envelhecimento da população, reduz as possibilidades de apoio familiar na terceira idade.

A solidão é inversamente proporcional às conexões sociais da pessoa, e a equipa de psicólogos norte-americanos deseja que as autoridades façam dela uma prioridade de saúde pública.

A definição que avançam de *conexão social* é a de um indicador de saúde – como podem sê-lo o exercício físico ou o peso –, suscetível de medição através de fatores, com influência tanto na duração, como na qualidade da vida. Entre os componentes tidos em conta, incluem o estado civil, a qualidade do laço conjugal, a dimensão da família, a frequência de contactos sociais e o número de pessoas com as quais se tem relação, o apoio de amigos, familiares e conhecidos, etc.

No entanto, advertem os autores do relatório, os Centros de Controlo de Doenças (CDC – Centers for Disease Control and Prevention) nem sequer reconhecem a redução da solidão crónica como objetivo de saúde pública. Com efeito, a [web](#) da instituição, sob o título de “Winnable battles” (Batalhas que se podem ganhar), enumera prioridades entre as quais se encontram a luta contra o tabagismo, o trio nutrição/atividade física/obesidade, a segurança alimentar, as infeções contraídas nos centros de saúde, os acidentes rodoviários, as gravidezes precoces e as infeções causadas pelo VIH.

Sobre a solidão, os CDC não dizem nada, apesar da falta de conexão social colocar aqueles que dela sofrem “num maior risco de mortalidade prematura e de morbilidade latente, cuja

magnitude é comparável à de indicadores de saúde atualmente reconhecidos”, segundo o relatório.

A Dra. Holt-Lunstad propôs algumas vias para conter a situação, entre elas, colocar uma maior ênfase na preparação dos alunos quanto a aptidões sociais, e na necessidade de encorajar os profissionais de medicina a incluírem a conexão social dos seus doentes entre os parâmetros de diagnóstico.

Também insistiu em que, assim como as pessoas que trabalham planeiam a reforma do ponto de vista financeiro, devem fazer o mesmo no que respeita às relações pessoais, pois muitos vínculos surgem precisamente no posto de trabalho. Nas localidades de residência, entretanto, devem ser criados espaços que favoreçam a interação, como centros de lazer ou jardins comunitários.

Em consonância com isto, os especialistas apresentam no relatório alguns exemplos de intervenções públicas de sucesso noutras áreas de saúde, e advogam que sejam replicadas. Uma dessas intervenções é a denominada Nurse-Family Partnership, que propicia visitas de enfermeiras às mães com baixos rendimentos e às grávidas não casadas, desde o período pré-natal até a criança fazer dois anos de vida. Salientam que “é amplamente reconhecida a sua influência em vários dos progressos obtidos por essas mães e pelos seus filhos, incluindo a diminuição dos casos de maus-tratos e falta de atenção às crianças”.

De igual modo, fixam-se na estratégia aplicada pelos CDC para combater a obesidade, e sugerem a aplicação de um sistema de “vigilância” mais ativo das pessoas em risco de solidão crónica. As iniciativas de intervenção, além disso, bem podem contar com a participação privada, como mostra o caso da empresa Kaiser Permanente, a qual desenvolveu um [programa](#) nas escolas a favor da alimentação saudável e da atividade física. E pode envolver também personalidades conhecidas em campanhas que deem visibilidade às pessoas isoladas. O relatório menciona uma iniciativa deste cariz: a campanha [Just Say Hello](#) (Simplesmente diz “olá”), que foi patrocinada pela popular apresentadora Oprah Winfrey, e que convida os seus seguidores a levantar os olhos do telemóvel e começarem a falar com outras pessoas em qualquer circunstância informal com que deparem: na lavandaria, no autocarro, no café, e que se interessem por pessoas a quem há algum tempo não veem.

“Os seres humanos precisam dos outros para sobreviver”, concluem os autores do relatório. “Independentemente do sexo, do país ou da cultura de origem, da idade ou do estatuto económico, a conexão social é crucial para o desenvolvimento humano e para a sobrevivência. As provas que o apoiam são incontestáveis”.

Deceção com os comprimidos

O uso alargado dos métodos contraceptivos não é uma solução para eliminar nem as gravidezes inesperadas nem os abortos.

Há alguns meses, o British Pregnancy Advisory Service (BPAS), um dos maiores disponibilizadores de abortos do Reino Unido, [revelou](#) que 51 % das 60 592 mulheres que abortaram em 2016, estavam a utilizar pelo menos um método de contraceção quando ficaram grávidas. 15 000 destas mulheres estavam a utilizar aqueles que são considerados os métodos mais eficazes de contraceção: a pílula, o DIU e os adesivos.

Estes resultados, embora surpreendentes para alguns, não são novos: já no ano de 2003, em França, um estudo realizado por investigadoras do Instituto Nacional de Saúde e da Investigação Médica (Inserm – Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale) mostrava que dois terços das gravidezes não previstas correspondem a mulheres que declaram utilizar um meio de contraceção (ver [“Aceprensa”, 21.5.2003](#)). Também em Espanha, o Ministério da Saúde publicou dados segundo os quais 44 % dos abortos que se realizaram nesse ano foram feitos por mulheres que declararam estar a usar pelo menos um método anticoncepcional (ver [“Aceprensa”, 5.1.2015](#)).

Estes dados parecem mostrar que o uso alargado dos métodos de contraceção não é uma solução para eliminar nem as gravidezes inesperadas nem os abortos. Por um lado, comprova-se que os anticoncepcionais não são infalíveis para prevenir uma gravidez e, por outro, quanto mais se assegura o seu uso, mais se recorre ao aborto em caso de falha. Os estudos revelam também que existe cada vez maior intolerância em face do filho não planeado. Seis em cada dez gravidezes não previstas terminam em aborto. Em 2015, os casos de abortos em Inglaterra e no País de Gales alcançaram o número mais alto em 5 anos: registaram-se 185 824.

Independentemente das razões pelas quais os anticoncepcionais têm falhado (mau funcionamento do método, pouco conhecimento sobre a sua utilização, etc.), fica claro que o problema não é apenas técnico: as mulheres que utilizam estes métodos acreditam falsamente que são infalíveis. A sua ampla distribuição e o facto de terem sido apresentados como a panaceia para qualquer efeito indesejado de um encontro sexual gerou nas mulheres a impressão de que existe algo como uma sexualidade sem consequências.

A diretora do BPAS, Ann Furedi, explicou num comunicado: “Os nossos dados mostram que as mulheres não podem controlar a sua fertilidade unicamente através da contraceção, inclusivamente quando estão a utilizar os métodos mais eficazes”. Estas declarações são a resposta a várias décadas de uma educação sexual centrada somente nos anti-

concecionais. Agora, uma vez que se comprovou que não diminuíram nem as taxas de gravidezes imprevistas nem as de abortos, as organizações pró-aborto começam a reconhecer que distribuir contraceptivos não é uma solução eficaz para estas problemáticas. Aquilo que foi conseguido é criar uma sensação de falsa segurança, levando a que perante uma gravidez não planeada, a resposta seja de maior alarme e surpresa numa situação em que as mulheres pensavam estar protegidas diante dessa eventualidade.

Tornam-se questionáveis igualmente as promessas que se fizeram às mulheres relativamente aos contraceptivos como facilitadores do controlo total da sua sexualidade, sem proporcionar uma compreensão profunda desta. Não é possível dirigir a própria fertilidade se não se conhecer o corpo e os seus ritmos, assim como as possíveis falhas dos métodos de contraceção. Portanto, se realmente se quer abordar estes problemas, exige-se algo mais do que pílulas e DIU. Pretender resolver assuntos complicados com soluções fáceis e rápidas é como pretender curar doenças reenviando cadeias de Whatsapp: depois do *send* é de esperar que surja uma grande decepção.

C. C.

O casamento gay divide a Europa

A Alemanha e Malta juntaram-se ao grupo de países europeus que reconhecem o casamento entre pessoas do mesmo sexo, que agora são 15. Outros 13 têm alguma forma de união civil para os casais homossexuais, mas não o casamento. E 22 não reconhecem nem as uniões civis nem o casamento, segundo a última [contagem](#) do Pew Research Center. Deste grupo, concentrados na Europa Central e Oriental, 13 definem nas suas constituições o casamento como a união entre um homem e uma mulher.

No caso da Alemanha, foi surpreendente a celeridade com que se levou a cabo o processo de legalização. No domingo 25 de junho, o então candidato do Partido Social-Democrata (SPD) à chancelaria nas eleições de setembro passado, Martin Schultz, pôs como condição para futuras alianças de governo a legalização do casamento homossexual. Até agora, os sociais-democratas têm sido os parceiros minoritários na grande coligação de Angela Merkel, líder da União Democrata-Cristã (CDU).

Na segunda-feira 26, a chanceler tomou conhecimento e disse estar aberta a permitir um voto em consciência sobre este tema dos deputados do seu partido, embora não tenha falado de datas concretas. Na terça-feira, Schultz [anunciou](#) em

conferência de imprensa a sua intenção de provocar uma votação nessa mesma semana. E, no dia seguinte, por iniciativa do SPD, dos Verdes e do Die Linke (Esquerda), a comissão de assuntos jurídicos do Bundestag (câmara baixa) remeteu para o plenário um projeto de lei que estava parado desde 2015.

A votação no plenário teve lugar na sexta-feira 30. A legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo foi aprovada com 393 votos a favor, 226 contra e quatro abstenções. Merkel votou contra, fazendo o mesmo o presidente do grupo parlamentar da CDU/CSU no Bundestag, Volker Kauder. Com exceção de uma independente, os restantes deputados que votaram contra eram da CDU/CSU. A 7 de julho, o Bundesrat (câmara alta) aprovou também o projeto de lei.

É verdade que a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo na Alemanha – onde as uniões civis homossexuais eram permitidas desde 2011 – estava presente na opinião pública desde há algum tempo. Mas parece claro que a advertência de Schultz foi aquilo que desencadeou o processo legislativo. E não se trata de que os acontecimentos se tenham precipitado: talvez o mais surpreendente do caso alemão é ter sido alterada [em apenas 40 minutos](#) de discussão parlamentar uma instituição que durante séculos havia sido outra coisa.

Sabine Beppler-Spahl, correspondente da “Spiked” na Alemanha e diretora do *think tank* liberal Freiblickinstitut, [chama a atenção](#) sobre o facto desta mudança histórica – como a definiram os defensores da lei – se ter produzido “não na sequência de um debate aberto e profundo”, mas como resultado “de uma semana da busca de ganhos políticos”. E mais, acrescenta, “mesmo se aceitarmos que os princípios do casamento tradicional estão antiquados, deveríamos exigir um debate adequado. Aquilo que tivemos é um espetáculo teatral. (...) Isto não foi um momento histórico para a igualdade, mas política na sua vertente mais infantil e superficial”.

Em Malta não se viu essa disputa política, a julgar pela prática unanimidade da votação: 66 parlamentares votaram a favor da legalização do casamento homossexual e apenas um votou contra, o deputado do Partido Nacionalista (PN), Edwin Vassallo. Mas também aqui se verifica o padrão da superficialidade: o governo trabalhista de Joseph Muscat [celebra](#) ter “feito história”; no entanto, para transformar a instituição matrimonial bastou ordenar a substituição na lei do casamento e noutras leis das palavras “marido”, “mulher”, “mãe”, “pai”... por outras sem género em inglês.

Muscat, primeiro-ministro desde 2013 e reeleito nas eleições antecipadas de 3 de junho de 2017, tinha anunciado que a sua principal prioridade legislativa para este mandato seria a legalização do casamento *gay*. Os trabalhistas contavam com o apoio do PN, o principal partido da oposição. Todavia, segundo [explica](#) Helena Grech no “The Malta Independent”, quando o PN se apercebeu de que o núcleo duro do projeto de lei trabalhista consistia na supressão das palavras

“marido”, “mulher”, “mãe”, “pai”... manifestou o seu desagrado e acusou o governo de ser “pouco transparente”. Contudo, não só acabou por apoiar o projeto atual, como impôs a disciplina de voto a todos os seus deputados. Vassallo boicotou-a e votou contra.

Miriam Sciberras, presidente da Life Network Foundation Malta, uma das organizações cívicas que se opuseram à lei, lamentou num [comunicado](#) a rapidez com que foi efetuada esta alteração legislativa. “Isto não é igualdade, nem inclusão, nem respeito pelos que apreciam profundamente o significado dessas palavras”.

Nos antípodas de Malta e da Alemanha está a Lituânia. A 15 de junho de 2017, o Parlamento lituano recusou legalizar as uniões civis para os casais homossexuais: 29 deputados votaram a favor do fracassado projeto de lei, 59 opuseram-se e 20 abstiveram-se.

A iniciativa dos liberais recorria à ideia da comunidade de afeto, uma noção que [em Espanha funcionou](#) para legalizar o casamento entre homossexuais. Victoria Cmilyte, deputada liberal e uma das autoras do projeto, insistiu que o casamento de homem e mulher continua a ser “a forma tradicional de família e a base da sociedade”, mas que não era possível desconhecer outras realidades.

No entanto, a maioria dos parlamentares não entrou nesse discurso. Segundo o diário lituano “Delfi”, o deputado conservador Laurynas Kasčiūnas argumentou que abrir a porta à legalização das uniões civis para os casais homossexuais era pôr em marcha um processo de “efeito dominó”, que acabaria com a transformação da instituição do casamento. Na mesma linha se pronunciou o deputado Petras Gražulis, que aludiu a uma notícia que havia lido nesse dia: a [legalização, na Colômbia](#), de uma união civil entre três homossexuais.

Como [explica](#) Vytautas Sinica na “MercatorNet”, os casais homossexuais vão reger-se pela Lei do Acordo de Coabitação, pensada para regular as relações de convivência numa mesma habitação independentemente de haver ou não uma relação sentimental. Esta lei não considera família as uniões constituídas sem casamento.

“La tiranía de la igualdad”

Autor: Axel Kaiser
Ediciones Deusto.
Barcelona (2017).
156 págs.

É estimulante ler um liberal desinibido que participa na batalha das ideias contra o igualitarismo estatista. O livro foi publicado com sucesso no Chile em 2015, e esta é a versão internacional, depurada da discussão propriamente chilena e centrada nos argumentos de fundo.

Axel Kaiser, advogado chileno de origem alemã, é um analista político, escritor e colunista no seu país, diretor de um *think tank* de inspiração liberal clássica. O tom do livro é certamente combativo, polemizando com a esquerda socialista e a direita estatista, embora isto não impeça que os argumentos predominem sobre as desqualificações.

Na sua ótica liberal, Axel Kaiser defende posições que poderão ser partilhadas por muitos que não estão dispostos a renunciar à liberdade pela igualdade. Adverte que “o verdadeiro problema é a pobreza, não a desigualdade” e, por isso, tem de se ver se as medidas igualitárias fomentam ou travam o crescimento económico. A igualdade na escassez – ao estilo castrista – ninguém a quer.

Considera impossível e prejudicial a igualdade de resultados, mas também designa por quimera a igualdade de oportunidades, pois haverá sempre pessoas com melhor ponto de partida. Isto é inegável, mas pode encarar-se igualmente como mais uma razão para tentar melhorar as possibilidades de quem começa com atraso.

Kaiser defende o papel do mercado como fórmula ótima de atribuição de recursos, e desmente a ideia de que fora da esfera pública não existe salvação.

Dos “direitos sociais” nem gosta do nome, porque implicam uma redistribuição em massa e ineficiente de riqueza por parte do Estado, que vai ser captada por grupos de interesse – não pelos mais necessitados –, através de impostos que desincentivam o crescimento económico. Mas não é tão fácil acompanhá-lo quando assegura que “ninguém pode ser obrigado pela força a satisfazer necessidades alheias, pois ninguém tem direito de propriedade sobre outros”. Mas são necessidades alheias ou necessidades coletivas? Porque uma coisa é o Estado utilizar os impostos somente para procurar atingir a igualdade e outra que ao que tem mais, se lhe exija também mais, de modo a contribuir para as necessidades comuns.

Axel Kaiser recorda a experiência histórica de que a ideologia igualitária tem em si os germes do Estado autoritário. Mas a sua argumentação favorável à liberdade pode ser identificada mais com uma defesa do individualismo. Uma autêntica promoção da liberdade deveria levar também a procurar romper os entraves materiais que impedem outras pessoas mais débeis de desenvolver o seu potencial. Procurar ativamente que os menos favorecidos possam levar os seus filhos para uma boa escola, ser atendidos na doença sem aflições de cariz económico, ou desfrutar de uma pensão na sua velhice, são condições para defender a sua liberdade. Isso não exige que a educação ou a saúde tenham de ser monopólio público, mas pressupõe sim garantir que ninguém fique

de fora dessa cobertura indispensável. Contudo, este tipo de defesa da liberdade dos outros mal aparece no livro.

Axel Kaiser proporciona uma aguda crítica dos mitos igualitários. Mas ao mesmo tempo transmite um discurso próprio de quem fala a partir de cima e encara qualquer esforço de redistribuição como uma ameaça. Talvez se os liberais se preocupassem ativamente em potenciar a liberdade dos que estão mais abaixo, os populismos encontrariam menos eco na América Latina.

I. A.

